

BNDES EXIM: A HISTÓRIA DA ATUAÇÃO DO BNDES NO APOIO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Fabrício Catermol

Economista do BNDES

No ano de 2025, as linhas de financiamento à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) completam 35 anos. Nesse período, houve a volta da sucessão de governos eleitos democraticamente no Brasil, a criação do Mercosul e da União Europeia, a ascensão da China como a segunda maior economia do mundo, pelo menos duas fortes crises financeiras internacionais, uma pandemia com efeitos catastróficos como não vistos há cem anos, um número infinidável de guerras, o processo de transição climática e uma forte mudança estrutural da economia e da sociedade baseada em tecnologias da informação.

Ao longo dessas três décadas e meia, foram desembolsados, nas linhas de exportação do BNDES, mais de U\$ 100 bilhões para quase 2 mil exportadores em praticamente todos os setores da indústria de transformação brasileira. O primeiro pedido de financiamento foi recebido em novembro de 1990, após a criação naquele ano do Finamex, nome derivado da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), subsidiária do BNDES que já existia desde a década de 1960 para o financiamento ao setor de bens de capital. **O objetivo deste artigo é realizar um breve histórico da atuação do BNDES no apoio à exportação.**

O comércio exterior também passou por profundas transformações nesse período. O deslocamento produtivo em direção ao Leste Asiático e o fenômeno da internacionalização das cadeias produtivas moldaram um novo padrão do comércio. Serviços envolvendo alto conteúdo de conhecimento passaram a ser um componente cada vez mais importante no comércio exterior, estando embarcados em manufaturas ou comercializados individualmente (United Nations Conference on Trade and Development – Unctad, 2024; Santos, 2025). O acirramento da competição gerou novas ondas de políticas industriais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e os governos cada vez mais se

preocupam em dotar suas empresas com ferramentas para a concorrência externa. A situação atual, com a deflagração da guerra de tarifas pelo governo dos Estados Unidos, é de grande incerteza e pode aprofundar o movimento de retrocesso na globalização, que já vinha sendo percebido antes da questão tarifária presente (World Trade Organization – WTO, 2025).

Desde o início das linhas de financiamento à exportação no BNDES, a motivação é oferecer instrumentos de forma a permitir que os exportadores brasileiros não fiquem em desvantagem em relação a seus concorrentes no exterior, em razão das condições de financiamento. Já naquela época, havia a constatação de que crédito à exportação era fundamental, principalmente em setores com maior agregação de valor e uma atividade de Estado inerente a todas as economias industrializadas do mundo (BNDES, 1990; Torres; Carvalho; Torres Filho, 1994).

Os sistemas de apoio público a exportações oferecem crédito e garantia com o objetivo de fomentar a comercialização internacional dos produtos nacionais e, assim, gerar emprego, renda, ganhos de produtividade e divisas em seus países de origem. A atuação desses sistemas ocorre sempre de maneira complementar ao mercado privado, principalmente por sua capacidade de atuar com maiores volumes, prazos e riscos que os entes financeiros privados (Catermol; Cruz, 2017).

O crédito é relevante principalmente em produtos de maior sofisticação industrial, pois representam setores que muitas vezes mobilizam transações de elevado volume e maior prazo de pagamento. Estudos que ganharam maior desenvolvimento a partir da crise financeira de 2008 indicam que fatores tradicionalmente apontados na literatura econômica não são suficientes para explicar a capacidade de exportar. A maturidade financeira dos países e a consequente disponibilidade de crédito são fatores determinantes para as exportações (Berman; Héricourt, 2010; Amit; Weinstein, 2011; Manova, 2013). A resposta que se encontra nas experiências

internacionais para lidar com as falhas do mercado de crédito é a criação de sistemas públicos de apoio às exportações (Moser *et al.*, 2006; Auboin, 2021; Kabir *et al.*, 2024). Hoje os sistemas públicos oferecem um amplo conjunto de instrumentos para os exportadores de seus países, existindo mais de cem instituições voltadas para o tema, as denominadas agências de crédito à exportação (Catermol, 2024).

O INÍCIO

Até a década de 1980, o sistema brasileiro de apoio à exportação vigente era o que havia sido planejado a partir de 1964, fortemente centralizado na Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil. A Cacex era uma agência federal, criada em 1953, que detinha funções de promoção, financiamento e concessão de incentivos. Eram utilizados diversos instrumentos fiscais e creditícios, além de uma política cambial favorável. Para financiamentos, o principal instrumento era o Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), criado em 1966 e que dispunha de linhas pré-embarque para bens de capital e bens de consumo duráveis, capital de giro para indústrias exportadoras, pós-embarque e equalização de taxa de juros (Veiga; Iglesias, 2003).

Na segunda metade da década de 1980, o sistema já havia praticamente sido extinto, com a crise internacional da dívida dos países latino-americanos e toda a instabilidade macroeconômica que se observou no Brasil naquele período.

Em 1990, iniciou-se a recriação do sistema brasileiro. Foi mantida a priorização de produtos manufaturados, mas o sistema passava a se basear mais em instrumentos de crédito, em vez de incentivos fiscais. No BNDES, o setor de bens de capital foi o de maior prioridade desde o início do apoio à exportação, fato

sinalizado pela própria origem das linhas na Finame. Em 1991, com recursos orçamentários da União, foi criado o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), para financiamentos e equalização de taxas de juros. O Proex tem, até os dias atuais, o Banco do Brasil como seu agente operacionalizador.

No ano seguinte à criação das linhas de financiamento à exportação no BNDES, iniciaram-se os desembolsos, atendendo apenas oito exportadores, em operações que acumularam o valor total de US\$ 32,8 milhões em 1991. Naquele ano, existia tão somente a linha de capital de giro para produzir e exportar (Finamex Pré-embarque), tendo sido criada a linha destinada à comercialização no exterior (Finamex Pós-embarque) apenas no ano seguinte. O foco eram operações de financiamento de bens de capital para importadores na América Latina, que representaram 100% dos destinos nos dois primeiros anos. Medidas que foram implementadas ao longo dos primeiros anos, relacionadas às modalidades de apoio, fizeram com que rapidamente os desembolsos crescessem e chegassem a centenas de operações por ano. A história dos primeiros anos do apoio do BNDES à exportação pode ser vista com mais detalhes em Catermol (2005).

A política de comércio exterior não era um dos temas centrais nos primeiros momentos do Plano Real, mas o crescimento do déficit comercial do Brasil – após a valorização cambial e o aumento das importações – evidenciou a necessidade de adoção de políticas de estímulo às exportações a partir de 1995. Foi criada naquele ano a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão que se tornou responsável pela política de comércio exterior.

O objetivo era promover a competitividade das exportações a partir de três frentes: desoneração fiscal, redução do custo da infraestrutura e financiamentos à exportação. A crise dos países asiáticos, em 1997, aprofundou a necessidade da política de exportação (Prates; Cintra; Freitas, 2000).

O Seguro de Crédito à Exportação (SCE) existia no Brasil desde 1979, mas, em 1997, foi criado o Fundo de Garantia às Exportações (FGE), para a cobertura de garantias prestadas pela União nas operações do SCE. O fundo tem natureza contábil e é vinculado ao Ministério da Fazenda, cobrindo riscos comerciais, políticos e extraordinários de operações de crédito às exportações brasileiras de bens e serviços. Qualquer banco, público ou privado, nacional ou estrangeiro, pode utilizar o seguro coberto pelo FGE. Para realizar a operacionalização do seguro no FGE, foi criada, naquele mesmo ano, a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), uma empresa privada, com participação majoritária da seguradora francesa Coface e participações minoritárias de bancos brasileiros públicos e privados, incluindo Banco do Brasil e BNDES. Em 2013, a SBCE foi substituída nas atividades referentes ao SCE/FGE pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda.

O ano de 1997 representou um marco importante no apoio à exportação pelo BNDES. Naquele ano, foi ultrapassado pela primeira vez o valor de US\$ 1 bilhão em desembolsos no período de um ano, valor três vezes maior do que a cifra do ano anterior. O crescimento ocorreu devido a uma série de medidas que permitiram a ampliação do escopo de atuação das linhas. A própria alteração de nome do programa refletiu uma das mais importantes mudanças. A substituição do nome Finamex marcou o início do financiamento a produtos além daqueles classificados como bens de capital. As linhas passavam a ser denominadas BNDES-exim (conforme a grafia utilizada na época). Foi o início do financiamento das exportações de serviços de engenharia e outros bens, a exemplo de produtos químicos, eletrônicos, têxteis, calçados, móveis e alimentos. Apesar da ampliação do conjunto de produtos financiáveis, a política de promoção da agregação de valor nos produtos exportados foi mantida nos financiamentos do BNDES.

São financiáveis em geral apenas os produtos que já estejam em etapas mais avançadas de agregação de valor na cadeia produtiva.

O ano de 1997 também marcou o início do financiamento do BNDES à comercialização de aeronaves no exterior, com a criação da modalidade *buyer credit* no Pós-embarque. A modalidade introduziu a celebração de contratos diretamente com os importadores, em vez da sistemática adotada anteriormente, mais próxima do desconto de títulos de crédito.

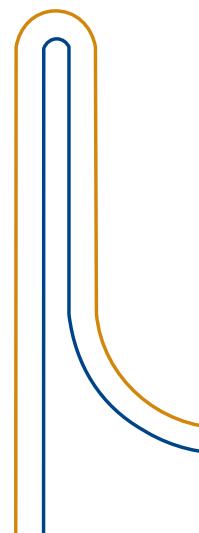
Bernardes (2000) descreve a importância do apoio à exportação e a história, a partir de 1996, da entrada da Embraer na disputa do mercado internacional de jatos regionais, com a homologação do modelo ERJ-145 pela Federal Aviation Administration (FAA) dos Estados Unidos. Na primeira grande concorrência internacional, a Embraer apresentava melhores condições técnicas e preço, mas foi derrotada devido às condições de financiamento. As concorrentes internacionais já apresentavam apoio governamental para a comercialização, por meio dos sistemas públicos de crédito à exportação de seus países, enquanto as linhas de financiamento no Brasil se limitavam ao desenvolvimento tecnológico e investimentos fixos. As condições de financiamento à comercialização se mostraram tão importantes quanto o preço e a tecnologia do produto.

Após a criação da modalidade de apoio no BNDES, as participações do Brasil nas concorrências seguintes foram mais bem-sucedidas. Em 1997, no Salão de Le Bourget, na França, foi conquistado o maior contrato de fornecimento de toda a história da Embraer até então, com a encomenda no valor de US\$ 1,1 bilhão realizada pela American Eagle, subsidiária de transporte aéreo regional da American Airlines. As encomendas da American Eagle geraram forte efeito expansivo na estrutura da Embraer e houve a contratação de mais de 1.400 funcionários para atender ao contrato.

No fim da década de 1990, o mercado de aviação regional apresentava grande potencial de crescimento devido à substituição dos aviões turboélices pelos jatos. Conseguir participação nessas compras foi vital para que a Embraer se firmasse no mercado internacional.

As operações na modalidade *buyer credit* do Pós-embarque também se difundiram por outros setores. Em setembro de 1997, foi celebrado o contrato no valor de US\$ 202 milhões com o então The State Development Bank of China (atual China Development Bank) para financiar a exportação de equipamentos para a usina hidrelétrica de Três Gargantas. O financiamento pelo BNDES foi decisivo para o fortalecimento de empresas brasileiras ao fornecer condições similares às das agências de crédito à exportação de outros países. A modalidade permitiu impulso no apoio a diversos produtos brasileiros, como ocorreu para plataformas de petróleo, ônibus, caminhões, máquinas industriais e outros bens de capital.

Em 2009 foi desenvolvido um novo instrumento financeiro utilizando bancos no exterior como garantidores das operações, o BNDES Exim Automático. A garantia de bancos no exterior já era uma opção há muitos anos no apoio do BNDES à exportação (como no caso das exportações para Três Gargantas). Todavia, não existia uma linha específica, com um produto financeiro previamente formatado para atender a exportação, principalmente de bens de capital, utilizando uma rede de bancos nos países dos importadores, à semelhança do modelo BNDES Finame no mercado interno, que trabalha com os bancos agentes financeiros no Brasil.

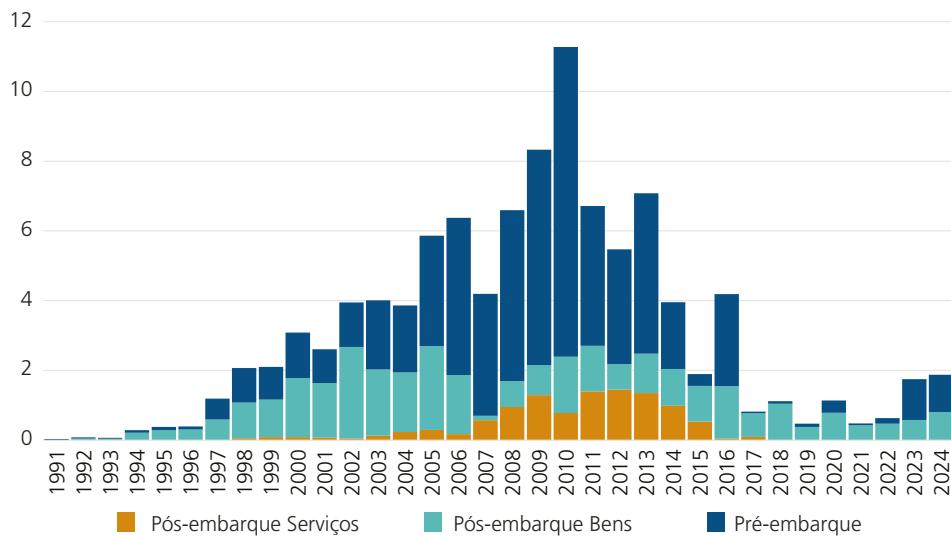


AUGE, RETRAÇÃO E RETOMADA

As linhas de exportação apresentaram crescimento contínuo durante os primeiros anos, estabilizando-se em patamar de cerca de US\$ 4 bilhões no início da década de 2000 (ver Gráfico 1). Nesse momento, o BNDES já contava com um conjunto bastante completo de ferramentas para lidar com as necessidades dos exportadores, conforme visto na seção anterior. Após a crise de 2008-2009, os países perceberam a necessidade de expansão do crédito público, que atuou como uma ferramenta eficaz para mitigar os efeitos da escassez de liquidez e para a recuperação nos anos seguintes (Auboin; Engemann, 2014). O crédito público à exportação tem um importante papel perene, além de ser chamado a atuar de forma mais intensa em momentos de crise para desempenhar seu papel anticíclico (Catermol; Lautenschlager, 2010). O ponto máximo de desembolsos do BNDES foi no ano de 2011, principalmente pelas operações nas linhas Pré-embarque. Os ciclos das linhas Exim Pré-embarque apresentam correlação com programas definidos em conjunto com políticas públicas federais voltadas à indústria.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi lançada pelo Governo Federal em novembro de 2003. No período prévio à crise, em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Nela, uma das metas era aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais de 1,18%, em 2007, para 1,25%, até 2010, o que foi efetivamente alcançado com o resultado de 1,35% (IEDI, 2011). No ano seguinte, 2011, foi lançado o Plano Brasil Maior (PBM), no qual um dos objetivos continuava a ser a promoção de exportações e a defesa comercial. O BNDES Exim Pré-embarque era um dos produtos incluídos nos instrumentos dessas políticas.

GRÁFICO 1. DESEMBOLSOS DAS LINHAS DE EXPORTAÇÃO DO BNDES POR TIPO DE FINANCIAMENTO (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria.

O produto BNDES Exim Pós-embarque, por sua vez, mostra-se, ao longo dos anos, menos relacionado aos ciclos de políticas industriais, apresentando correlação maior com a demanda internacional e com os mercados obtidos pelas empresas exportadoras brasileiras. De 1991 a 2024, as exportações receberam US\$ 61 bilhões no Pré-embarque e US\$ 43 bilhões no Pós-embarque. A demanda no Pós-embarque tem forte relação com as características do bem ou serviço comercializado: o produto financeiro tem aplicação maior em setores que façam a venda final diretamente a seus clientes e pratiquem prazos mais longos de pagamento. Esse tipo de produto financeiro é um dos mais tradicionais nas agências de crédito à exportação em todo o mundo.

O principal setor atendido foi o de fabricação de aeronaves em exportações para a América do Norte, América do Sul, Europa, África e Ásia, que totalizaram desembolsos de US\$ 26 bilhões para a comercialização de mais de 1.300 aeronaves. Os Estados Unidos foram o principal destino dessas exportações, e do Pós-embarque como um todo, com US\$ 21 bilhões no acumulado desde o início. As exportações de bens e serviços de engenharia para obras no exterior representaram US\$ 10,5 bilhões dos desembolsos, com destinos na América Latina e na África. O período de maior desembolso para esse setor esteve associado à expansão da demanda por bens e serviços devido ao aumento dos preços internacionais das *commodities* entre 2007 e 2015. Essas exportações movimentaram uma rede de fornecedores que reúne mais de 4.800 empresas brasileiras, com efeitos significativos sobre a atividade e o emprego nessas empresas (Pinto; Roitman; Hirata, 2019). As demais operações do BNDES Exim Pós-embarque foram preponderantemente para estruturas e equipamentos para a indústria de petróleo, ônibus, caminhões, máquinas industriais e agrícolas.

Lopes *et al.* (2024) analisam os setores atendidos pelas linhas BNDES Exim a partir da metodologia de complexidade econômica (Hidalgo; Hausmann, 2009) e encontram que a complexidade média deles é mais de sete vezes superior à da indústria de transformação que existe no Brasil. As linhas do BNDES contribuem fortemente para o aumento da complexidade da indústria brasileira. Lautenschlager (2025) avança na análise da complexidade para o nível de produto e conclui que tanto o desenho dos itens financiáveis quanto o resultado efetivo dos financiamentos apresentam complexidade muito superior à pauta brasileira. A complexidade econômica da estrutura produtiva de um país é um fator nitidamente associado a trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento econômico; e, como destacado por Hidalgo (2023), as políticas de promoção à exportação são um instrumento para alcançar esse objetivo.

Ao longo do tempo, vários estudos foram realizados de forma independente, por pesquisadores de diversas instituições, sobre a efetividade da atuação das linhas de exportação do BNDES.

Giomo (2023) destacou o período de 2000 a 2017 como os “anos virtuosos” do programa de apoio à exportação do BNDES e calculou o impacto das linhas nas exportações brasileiras a partir de uma abordagem dos métodos dos momentos generalizados. Os resultados obtidos indicaram que, a cada variação de US\$ 1 bilhão de crédito, as exportações brasileiras aumentam US\$ 1,6 bilhão.

Silva (2012), a partir de uma metodologia de *propensity score matching* (PSM), encontra que as empresas financiadas pelo BNDES Exim apresentam uma média de permanência no comércio internacional superior à daquelas que não contaram com o financiamento. Foi examinada a persistência na atividade durante seis anos (2001-2007) após o período de tomada de financiamento (1997-2000). Casagrande (2024) encontra resultados similares para o período entre 2002 e 2021. As firmas exportadoras sobrevivem mais tempo do que as dedicadas exclusivamente ao mercado doméstico e as apoiadas pelas linhas BNDES Exim sobrevivem ainda mais.

Galetti e Hiratuka (2013) utilizaram a metodologia PSM para avaliar os impactos do BNDES Exim e do Proex no período entre 2000 e 2007, com uma amostra de 3.224 empresas. Em média, o valor exportado pelas empresas industriais apoiadas pelo BNDES Exim foi 14,7% superior ao das empresas que exportaram sem apoio público. Esse efeito é ainda mais significativo para as micro e pequenas empresas: as apoiadas apresentaram, em média, exportações 43,3% superiores às vendas externas das micro e pequenas empresas que não contaram com o apoio do BNDES. Kannebley Junior, Prince e Alvarez (2021) consideram os impactos dos financiamentos do BNDES Exim, bem como do Proex. Os dados são analisados no período de 1996 a 2007, para 8.500 empresas industriais.

Segundo os autores, os instrumentos BNDES Exim e o Proex reduzem o risco de a empresa deixar o mercado exportador em mais de 97%. Para o número de destinos, o resultado é que as empresas que recebem o financiamento do BNDES Exim exportam para 16% de destinos a mais do que as que não receberam. Sobre o valor exportado, a conclusão foi que as firmas apoiadas pelo BNDES Exim exportaram um valor 172% maior que as não apoiadas.

A partir de 2017, os desembolsos do BNDES para o apoio à exportação apresentaram forte retração, com a redução de prioridade das políticas públicas brasileiras. Os desembolsos anuais voltaram a montantes que tinham sido vistos apenas antes de 1997. As linhas de apoio à exportação continuaram existindo, mas em uma escala reduzida. O período da pandemia de Covid-19 gerou consequências para o comércio internacional, com forte volatilidade de preços, aumento de disputas comerciais e retração de demanda em alguns setores. Novamente, os sistemas públicos de apoio à exportação no mundo foram chamados para suprir as necessidades do momento (Auboin, 2021). No Brasil, as exportações de *commodities* se expandiram, mas os bens industriais de maior intensidade tecnológica permaneceram com suas vendas no exterior estagnadas nesse período.

Em 2023, a exportação volta a ser uma das prioridades nas políticas públicas brasileiras. Em janeiro de 2024, foi lançado o programa Nova Indústria Brasil, com um de seus eixos dedicados à exportação. A política visa atuar por meio das missões industriais definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). O Plano Mais Produção é um dos principais mecanismos da política e se organiza por meio de quatro eixos para a indústria brasileira: Mais Inovação, Mais Verde, Mais Exportação e Mais Produtividade. Para a exportação, estão inseridas medidas de crédito, maior inserção em cadeias produtivas internacionais e melhoria de marcos regulatórios.

Os desembolsos no BNDES Exim Pré-embarque retomaram patamares superiores a US\$ 1 bilhão já em 2023, atendendo diversos segmentos industriais. As aprovações em todas as linhas BNDES Exim totalizaram US\$ 6,1 bilhões no biênio 2023-2024, valor que representa uma média anual quase quatro vezes maior do que a média dos seis anos imediatamente anteriores. O perfil se mantém fiel ao histórico das linhas: 86% do valor é destinado a bens de alta ou média-alta intensidade tecnológica. No Pós-embarque, a retomada inclui novas campanhas de exportação de aeronaves, com a aprovação de financiamentos para 141 aeronaves de janeiro de 2023 a janeiro de 2025. Em 2024, foi realizada a primeira aprovação para a Base Industrial de Defesa após 13 anos. A operação consiste no financiamento da venda de aeronaves A-29 Super Tucano para a República do Paraguai.

CONCLUSÃO

As linhas do BNDES completam 35 anos em um contexto de comércio internacional muito distinto do existente à época da sua criação. A partir do início dos anos 1990, houve um forte movimento de internacionalização das cadeias produtivas e um expressivo aumento do comércio entre os países. O centro de dinamismo industrial se deslocou para o Leste Asiático, movimento consolidado pela ascensão chinesa. A mudança estrutural proporcionada pelas tecnologias da informação mudou processos produtivos e formas de comercialização.

O desenvolvimento dos tipos de produtos financeiros ao longo dos anos permitiu a oferta de instrumentos para os exportadores brasileiros competirem no exterior; e a estrutura industrial brasileira conseguiu manter importantes nichos de alta complexidade. Estudos sobre a efetividade apontam que, de fato, os financiamentos do BNDES Exim contribuíram de forma efetiva para as exportações brasileiras.

O apoio do BNDES à exportação ocorreu ao encontro do observado nas experiências internacionais e o que a literatura econômica aponta como relevante no sucesso exportador. O crédito é uma variável determinante para a capacidade das empresas no que se refere à exportação. O cenário da economia mundial e as alterações das políticas públicas voltadas tanto para a indústria quanto para o comércio influenciam a dinâmica do crédito à exportação, gerando ciclos de expansão e contração ao longo do tempo. O momento atual de acirramento na competição e incerteza nos rumos da economia mundial reforça a necessidade de instrumentos para que os exportadores concorram internacionalmente. O Brasil ainda é um país com baixa participação no comércio internacional e há muito espaço para o crescimento.

REFERÊNCIAS

- AMITI, M.; WEINSTEIN, D. E. Exports and financial shocks. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 126, n. 4, p. 1841-1877, 2011.
- AUBOIN, M. *Trade finance, gaps and the COVID-19 pandemic: a review of events and policy responses to date*. Genebra: World Trade Organization, 2021. (WTO Staff Working Paper, n. ERSD-2021-5).
- AUBOIN, M.; ENGEMANN, M. Testing the trade credit and trade link: evidence from data on export credit insurance. *Review of World Economics*, New York, v. 150, n. 4, p. 715-743, 2014.
- BERMAN, N.; HÉRICOURT, J. Financial factors and the margins of trade: evidence from cross-country firm-level data. *Journal of Development Economics*, Amsterdam, v. 93, n. 2, p. 206-217, 2010.



BERNARDES, R. *O caso Embraer – Privatização e transformação da gestão empresarial: dos imperativos tecnológicos à focalização no mercado*. São Paulo: CYTED/PGTUSP, 2000. (Cadernos de Gestão Tecnológica, n. 46).

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *O sistema brasileiro de financiamento e seguro de crédito às exportações de bens de capital e serviços de engenharia: considerações gerais e proposta de atuação do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 1990. (Estudos Setoriais do BNDES).

CASAGRANDE, D. O papel do mercado internacional e do BNDES na sobrevivência das firmas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 52., Natal, 2024. *Anais* [...]. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2024.

CATERMOL, F. BNDES-Exim: 15 anos de apoio às exportações brasileiras. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. [3]-29, 2005.

CATERMOL, F. Sistemas públicos de crédito à exportação: teoria e experiências internacionais recentes. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 7-55, 2024.

CATERMOL, F.; CRUZ, L. E. M. *Lógica de atuação e efetividade das agências de crédito à exportação*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017. (Textos para Discussão, n. 115).

CATERMOL, F.; LAUTENSCHLAGER, A. O crédito oficial à exportação no contexto de crise: experiências internacionais e o BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 5-52, 2010.

GALETTI, J.; HIRATUKA, C. Financiamento às exportações: uma avaliação dos impactos dos programas públicos brasileiros. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 494-516, 2013.

GIOMO, D. Uma análise do programa de incentivo exportador do BNDES nos primeiros 17 anos do século XXI. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Portugal, v. 15, n. 11, p. 13368-13412, 2023.

HIDALGO, C. The policy implications of economic complexity. *Research Policy*, Amsterdam, v. 52, n. 9, 2023.

HIDALGO, C.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 106, n. 26, p. 10570–10575, 2009.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A política industrial para o desenvolvimento. *Carta IEDI*, São Paulo, n. 461, 2011.

KABIR, P.; MATRAY, A.; MÜLLER, K.; XU, C. *EXIM's exit: the real effects of trade financing by export credit agencies*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2024. (NBER Working Paper Series, n. 32019).

KANNEBLEY JÚNIOR, S.; PRINCE, D.; ALVARES, R. State export financial support of Brazilian manufactured products: a microeconometric analysis. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, DF, v. 59, p. 49-81, 2021.

LAUTENSCHLAGER, A. Complexidade e o apoio do BNDES às exportações. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 59, 2025.

LOPES, J. V.; CARVALHO, D.; ROMERO, J.; BRITTO, G. *BNDES-EXIM: uma análise do financiamento e da complexidade das exportações de bens e serviços entre 2002 e 2023*. Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, 2024. (Nota Técnica Grupo de Pesquisa em Política Públicas e Desenvolvimento, n. 2).

MANOVA, K. Credit constraints, heterogeneous firms, and international trade. *The Review of Economic Studies*, Oxford, v. 80, n. 2, p. 711-744, 2013.

MOSER, C.; NESTMANN, T.; WEDOW, M. *Political risk and export promotion: evidence from Germany*. Frankfurt am Main: Deutsche Bundesbank, 2006. (Discussion Paper Series 1: Economic Studies, n. 36).

PINTO, R.; ROITMAN, F.; HIRATA, E. *Avaliação do impacto do BNDES Exim Pós-embarque Serviços: efeitos indiretos sobre a cadeia de fornecedores*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2019. (Textos para Discussão, n. 141).

PRATES, D.; CINTRA, M. A.; FREITAS, M. C. O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, p. 85-116, dez. 2000.

SANTOS, B. G. Desenvolvimento econômico e exportações de serviços empresariais intensivos em conhecimento: relações de causalidade e evidências empíricas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 59, 2025.

SILVA, C. E. L. O impacto do BNDES Exim no tempo de permanência das firmas brasileiras no mercado internacional: uma análise a partir dos microdados. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 38, p. 9-35, jan./jun. 2012.

TORRES, S., CARVALHO, M., TORRES FILHO, E. Exportações brasileiras de bens de capital: desempenho nos anos recentes. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 37-49, 1994.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Trade and development report: rethinking development in the age of discontent*. New York: United Nations, 2024.

VEIGA, P. M.; IGLESIAS, R. *Políticas de incentivo às exportações no Brasil entre 1964 e 2002: resenha de estudos selecionados*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2003. (Temas de Economia Internacional, n. 2).

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. *Global Trade Outlook and Statistics*. Genebra: WTO, 2025.